



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 1ª Câmara de Julgamento

RESOLUÇÃO Nº 133 /2018

36ª SESSÃO ORDINÁRIA de: 11.7.2018

PROCESSO Nº1/3447/2011

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1/201109980-4

RECORRENTE: DISMOBRAS IMP. EXP. E DISTRI. DE MÓVEIS E ELETROD. S/A.

RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

RELATOR: VALTER BARBALHO LIMA

EMENTA: ICMS. TRIBUTAÇÃO ORDINÁRIA. RECEITA LÍQUIDA INFERIOR AO CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS.

1. Método de investigação fiscal que utiliza o valor líquido da mercadoria, cujo custo na entrada, na baixa do estoque, assim como na saída foi calculado por média ponderada. 2. Caracterizada a hipótese prevista no inciso IV do § 8º do art. 127 do Dec. nº 24.456/97. 3. Infringência aos art. 73 e 74 do Dec. nº 24.569/97. 3. Penalidade: alínea "c" do inciso I do art. 23 da Lei nº 12.670/96. 4. Recurso ordinário conhecido e não provido. 5. Autuação julgada procedente, por unanimidade de votos, de acordo com o parecer da Assessoria Processual Tributária adotado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado.

PALAVRAS-CHAVE: ICMS. TRIBUTAÇÃO ORDINÁRIA. FALTA DE RECOLHIMENTO. PROCEDENTE.

RELATÓRIO

Aponta a peça inicial, o cometimento da irregularidade fiscal falta de recolhimento do ICMS, no valor de R\$ 47.410,23, cuja base de cálculo é R\$ 278.883,71, em face da constatação do evento noticiado no relato do auto de infração que se segue.

FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO, NO TODO OU EM PARTE INCLUSIVE O DEVIDO POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA, NA FORMA E NOS PRAZOS REGULAMENTARES.

CONTRIBUINTE PROMOVEU SAÍDA DE MERCADORIAS POR VALOR INFERIOR AO CUSTO DA MERCADORIA VENDIDA.

Para o tipo em apreço foi sugerida a aplicação da penalidade capitulada na alínea "c" do inciso I do artigo 123 da Lei nº 12.670/96, que comina pena equivalente a uma vez o valor do imposto, cujo somatório perfaz a quantia de R\$ 94.920,46.



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 1ª Câmara de Julgamento

Esclarece a autuante, que utilizou como base do procedimento os arquivos eletrônicos que o contribuinte gerou, mediante importação dos dados, portanto, sem realizar nenhuma forma de digitação, fato que impediu promover as alterações solicitadas pela autuada, à vista de esboço inicial a ela disponibilizado.

Acrescenta que identificou, no decorrer dos exercícios de 2008 a 2010, diversa saídas de itens de seu estoque por valor inferior ao custo das mercadorias vendidas, que o método para avaliar os estoque foi o custo médio (ou média ponderada móvel) e que a movimentação de entrada está registrada pelo valor de custo da mercadoria (excluídos o ICMS), da mesma forma a baixa do estoque, assim como o valor das saídas também é líquido (sem ICMS, PIS E COFINS).

Na impugnação, aduz que não houve precificação fraudulenta, mas um equívoco na escrituração, que levaram o agente fiscal a erro de lançamento, haja vista erro de parâmetro no preenchimento das DIEFs, nas quais se funda o levantamento, em detrimento dos demais documentos apresentados, oportunidade que se dispões a apresentá-la e, sob a égide dessas alegações requer uma perícia.

Transcreve os dispositivos ditos violados se que comina pena e assegura que não houve omissão de documento nem falta de registro, logo, nem infração nem a penalidade se aplicam aos fatos corridos no mundo fenomênico e, ao final, requer a improcedência da autuação ou, caso não acatada, que se diligencie os documentos e não os relatórios extraídos da DIEF.

O julgador singular decide pela improcedência, ao entendimento que o **modus operandi** como procedeu a autuante não encontra amparo na norma de regência que vincula, porque fez o que se pode chamar de avaliação permanente dos estoques, ao passo que da referido dispositivo (inciso IV do § 8º do art. 92 da Lei nº 12.670/96) remete à demonstração do resultado bruto num determinado período (exercício) de atividade do contribuinte, além do que não é compatível com a legislação a adoção de período base de apuração menor que o mês, exceto nos casos expressamente previstos na legislação.

A Assessoria Processual Tributária esclarece que pela metodologia de análise empregada é possível determinar o estoque de mercadoria existente ao final de cada dia, avaliado pelo preço médio ponderado, entretanto, alerta para os cuidados com as operações de devoluções de vendas, cujo valor expresso nos documento corresponde ao preço de venda, já incluso margem de lucro, cuja consequência é uma fictícia subavaliação do preço de venda, além das transferências entre estabelecimento do titular, que devem corresponder à entrada mais recente, o que não invalida a técnica.



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 1ª Câmara de Julgamento

Em razão dos fatos expostos opina pelo conhecimento do reexame necessário, dar-lhe provimento, com vistas a que seja reformada a decisão absolutória de primeira instância e decide pela nulidade do feito fiscal, nos termos do art. 83 da Lei nº 15.614/2014, parecer adotado pelo representante da d. Procuraria Geral do Estado.

Submetido a julgamento na 188ª Sessão Ordinária da 1ª Câmara de Julgamento, em 20 de novembro de 2015, o julgamento foi convertido em perícia, com vistas a que sejam consideradas as operações de devolução e transferência e seus respectivos preços e dotado o custo da entrada mais recente.

Realizada a providência sobredita, nos termos solicitados, oportunidade que resultou numa base de cálculo da ordem de R\$ 265.376,95.

É o relato.

VOTO DO RELATOR

A irregularidade fiscal reportada na peça vestibular evidencia a adoção de conduta de escopo prático, entretanto, com repercussão direta no **quantum debeatur** nos períodos de apuração identificados na exação fiscal, dado que adstrita à identificação de receita líquida inferior ao custo dos produtos vendidos.

A título didático e para os efeitos de delinear a compreensão que se impõe em torno das circunstâncias que permeiam a hipótese fática, urge atentar para as aclaradoras ponderações declinada pela autuante, quando afirma que no decorrer dos exercícios de 2008 a 2010, verificou que diversas saídas de itens de seu estoque por valor inferior ao custo das mercadorias vendidas, que o método para avaliar os estoque foi o custo médio (ou média ponderada móvel) e que a movimentação de entrada está registrada pelo valor de custo da mercadoria (excluídos o ICMS), da mesma forma a baixa do estoque, assim como o valor das saídas também é líquido (sem ICMS, PIS E COFINS).

Posto isto, é notório que o **modus faciendi** utilizado pela agente fiscal atende aos preceitos normativos que disciplinam o tema, relacionados a avaliação dos preços das mercadorias na entrada, as movimentações dos estoque e nas saídas, à medida que, para tais fins, empregou o mesmo critério, sobretudo no que se refere à exclusão, em todas as variáveis, dos valores destacados nos documentos respectivos, das quantias relativas aos tributos diretamente incidente, tais como ICMS, PIS e COFINS, cujo resultou se adequa à hipótese consignada no inciso IV do § 8º do artigo 92 da Lei nº



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 1ª Câmara de Julgamento

12.670/96, que em termos práticos tem o mesmo efeito da falta de recolhimento, porque do ponto de vista financeiro o resultado é mesmo, entretanto, dita tipificação é sancionada com pena mais branda que tipicidade omissão de saídas propriamente, cuja multa aplicável seria equivalente a 30% do valor das operações e não uma vez o valor do imposto não recolhido, como restou aplicado no caso concreto, aspectos fundamentais à formulação do necessário juízo de se impõe em torno da questão ora apreciada.

Na vertente estrita da preliminar arguida, pautada na alegada falta exame de documentos tais com livros e notas fiscais propriamente, não encontra cenário que permita prosperar, posto que os arquivos disponibilizados ao Fisco são elaborados com base nas fontes, que se poderia chamar de primárias e substanciais, quais sejam as nota fiscais de entradas e saídas, logo, trata-se de documentos de incontestável relevo, cujas eventuais divergências, no caso concreto, deveriam ter sido evidenciadas quando do exame do relatório preliminar, franqueou pela agente fiscal à atuada.

Na ocasião nada foi arguido nem demonstrado nessa seara, notadamente o mencionado equívoco na escrituração, que teria provocado lançamentos incorretos nas DIEFs, em decorrência de erro de parâmetro dos sistemas informatizados em que foram geradas, hipótese que remete tais argumentos a contexto meramente retórico, dado que desprovido de qualquer elemento de prova.

Sob essa perspectiva é cogente sublinhar os aspectos passíveis de ocasionar eventuais inconsistências no resultado da exação foi objeto de providência pericial, solicitada não nos termos requestados, posto que ausente os pressupostos que lhe são próprios ao deferimento, a teor do disposto no artigo 97 da Lei nº 15.614/2014, mas em função do alerta consignado na manifestação da Assessoria Tributária, que suscitou dúvida razoável, trazida à discussão na 188ª Sessão Ordinária da 1ª Câmara de Julgamento, em 20 de novembro de 2015, consoante notícia a ata da respectiva sessão.

O resultado do procedimento em alusão culminou, após os ajustes promovidos, em apontar uma redução na base de cálculo, que inicialmente indicava o valor de R\$ 278.883,71 para os níveis de R\$ 265.376,95.

Em reação à metodologia de investigação fiscal empregada na exação, não nos parece haver trazido nem implementado um paradoxo aos moldes convencionais usualmente utilizados em procedimentos do gênero, que caracterize ofensa aos preceitos normativos de regência, dado que a diferença que se vislumbra reside apenas na minudência relativa à coleta das informações, para os efeitos de averiguar a regularidade na precificação das mercadorias movimentada e, até onde se poder ver,



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 1ª Câmara de Julgamento

não cuidar de promover apuração do imposto em período inferior ao previsto na legislação disciplinar do tema, em que pese o apanhado das informações ter levado a efeito cada operação, na medida em que, ao final, consolidou o resultado do período auditado, que compreende três exercícios inclusive e cuja irregularidade indicada encontra arrimo em expressa previsão normativa.

Por outro lado, patente incursão na hipótese aventada no julgamento singular, haveria de ter sido objeto de efetiva demonstração material por parte da autuada, mediante instrumentos de prova indubitáveis, entretanto, manteve-se inerte ao longo tempo, que já margeia sete anos.

Enfim, do conjunto probatório que instrui os autos e, a falta de elementos de prova incontestáveis em contrário, notadamente após a realização da medida pericial, que corrigiu o valor da exigência, sob a égide da razoável e factível dúvida erigida, a outra convicção não induz senão no sentido que deve ser mantida a imputação, no valor identificado no laudo pericial.

Por todo o exposto, voto pelo conhecimento do reexame necessário, dou-lhe provimento para os fins de julgara parcialmente procedente a autuação, em face do resultado expresso no laudo pericial, contrariamente à decisão de improcedência proferida em primeira instância, em desacordo com o parecer da Assessoria Processual Tributária, mas em conformidade com a manifestação oral proferida em sessão pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado. Decisão unânime.

É o voto.

DEMONSTRATIVO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

| | |
|-----------------------|----------------------|
| Base de cálculo | R\$ 265.376,95 |
| ICMS | R\$ 45.114,08 |
| Multa | R\$ 45.114,08 |
| OTAL | R\$ 90.228,16 |

DECISÃO

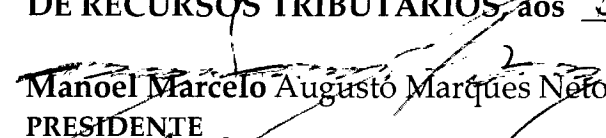
Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é **RECORRENTE**: DISMOBRAS IMP. EXP. E DISTRI. DE MÓVEIS E ELETROD. S/A. **RECORRIDO**: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. **Decisão**: A 1ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários após conhecer do Reexame Necessário interposto, resolve, por unanimidade de votos, dar provimento ao reexame para reformar a decisão.



SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributários - 1ª Câmara de Julgamento

absolutória proferida pela 1ª Instância, julgando PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente acusação fiscal, com base no laudo pericial, fls. 91/95 dos autos, nos termos do voto do Conselheiro Relator, de acordo com a manifestação oral do representante da douta Procuradoria Geral do Estado, em Sessão. Ausente, por motivo justificado, o Conselheiro José Gonçalves Feitosa.

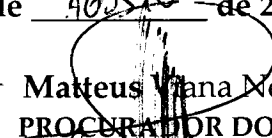
SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, aos 26 de 462542 de 2018.


Manoel Marcelo Augusto Marques Neto
PRESIDENTE

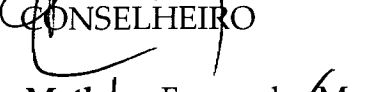

Valter Barbalho Lima
CONSELHEIRO


Leilson Oliveira Cunha
CONSELHEIRO

Maria Elineide Silva e Souza
CONSELHEIRA


Mateus Viana Neto
PROCURADOR DO ESTADO
Ciente em 06 de 08 de 2018


Felipe Pinho da Costa Leitão
CONSELHEIRO


Matheus Fernandes Menezes
CONSELHEIRO


José Gonçalves Feitosa
CONSELHEIRO